

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 1

Carlos ajuizou, em face do Banco Mais Dinheiro S.A., ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais, noticiando que o seu nome fora negativado em órgãos de proteção ao crédito por indicação da instituição ré, a qual teria permitido que terceira pessoa estelionatária abrisse conta-corrente em nome do autor, tendo sido, inclusive, fornecido talonário de cheques ao falsário. Em razão disso, segundo alega o autor na ação, vários cheques foram emitidos sem provisão de fundos, o que teria resultado no inadimplemento que deu causa à negativação. Devidamente citada, a empresa ré apresentou contestação, argumentando que, no caso, não poderia ser responsabilizada pelos danos causados ao consumidor, sob a alegação de que o autor sequer era seu correntista e, mesmo que o fosse, a culpa seria exclusiva de terceiro.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, se a empresa ré deverá ser responsabilizada pelos danos causados a Carlos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 1

Discorra sobre a minirreforma eleitoral, a partir da qual foram estabelecidos percentuais mínimo e máximo para o preenchimento, e não apenas para a reserva, de vagas por mulheres e homens. Discorra ainda sobre a promoção e difusão da participação feminina na política mediante a utilização do fundo partidário e do tempo da propaganda partidária.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 1

Determinado estado da Federação, sem a anuência dos demais estados e do Distrito Federal, concedeu, por meio de decreto do Poder Executivo, crédito presumido de ICMS a seus contribuintes, que, para usufruir do benefício, tiveram que firmar contrato com a administração fazendária com essa finalidade.

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

- a) Quais as exigências normativas constitucionais a serem verificadas pelo ente político para a concessão de benefício ou incentivo fiscal relativo ao ICMS?
- b) A situação acima descrita enseja a adoção de providências judiciais pelo Ministério Público? Caso a resposta seja afirmativa, especifique-as.